

-----**ACTA N.º 23/2010**-----

-----Aos 20 dias do mês de Outubro de 2010, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores:---

-----Júlio Manuel dos Santos;-----

-----Isabel Maria dos Santos Flor de Sousa;-----

-----António Graça Silva.-----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----Pelo Senhor Vice-Presidente foi dado conhecimento que o Senhor Presidente se encontra de atestado médico, não podendo comparecer à presente reunião.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior, coadjuvada pela Assistente Técnica, Dina Maria da Silva.

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** solicitou a inclusão na ordem de trabalhos dos seguintes assuntos: -----

-----1) Actas negativas de reunião de executivo; -----

-----2) Celebração de contrato de comodato entre a Junta de Freguesia de Prados e a Câmara Municipal de Celorico da Beira e atribuição de subsídio à Junta de Freguesia.-----

-----Em resposta ao solicitado pelo Senhor Vereador, o Senhor **Vice-Presidente da Câmara** colocou a inclusão da proposta a votação, tendo sido aprovada a sua inclusão por maioria. -----

-----De seguida, o Senhor **Vereador Júlio Santos** questionou, novamente sobre a situação financeira do município e sobre o ponto de situação da pousada de Linhares da Beira.-----

-----Em resposta o **Senhor Vice-Presidente** informou que tinham sido introduzidos os dados, ontem, na plataforma digital para que as firmas possam concorrer, com um prazo relativamente curto, de forma a imprimir a maior celeridade ao processo e estar concluído entre uma semana a dez dias. - -----

-----Referiu-se ainda à situação do IC7 que também tinha sido levantada pelo Senhor Vereador Júlio Santos na reunião anterior, para informar que está agendada uma reunião com o Secretário de Estado, onde o Executivo irá apresentar e defender a continuidade do projecto aprovado, ou seja com um nó em Celorico da Beira e não em Fornos de Algodres. Disse que depois dessa reunião irá ser dado conhecimento ao restante Executivo do teor e conclusão da mesma. -----

-----Relativamente às questões financeiras, o Senhor **Vereador António Silva** disse que a situação financeira da autarquia de Celorico da Beira é má, nunca deixou de o ser e em 2011 tenderá a piorar, face aos cortes anunciados no FEF, vislumbrando-se um cenário negativo para o concelho.

-----Disse que a autarquia tem o processo de saneamento em curso. -----

-----Relativamente ao orçamento de 2011 disse que tem investimento não financiado muito significativo, porque há grandes obras projectadas para o concelho, que apesar de serem financiadas, têm um grande peso em termos orçamentais, na componente não financiada. Disse ainda que o Executivo tem uma opção importante a tomar, ou realiza obra ou não realiza, e, se optar por esta última deixa por concretizar investimentos na área da educação, turismo, entre outros exemplos. -----

-----Reiterou que a saúde financeira é má e nunca deixou de o ser e nunca foi dito o contrário. Disse ainda que nesta equação não podem esquecer a EMCEL, que também “ajuda”, embora esteja cada vez mais a contrariar essa tendência. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** questionou se se confirmam as retenções que irão ser feitas à autarquia por terem ultrapassado o limite legal de endividamento líquido em 2008. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que essas penalizações de excesso de endividamento são consequências de má gestão de anos anteriores e que nesse ano teve um agravamento. Disse que a nova lei das finanças locais introduziu novas regras, que alterou os índices de endividamento. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que das explicações do Senhor Vereador deduz que se confirma a situação relativa a 2008, questionando se em 2009 se repete ou foi uma situação esporádica. -----

-----Em resposta, o Senhor **Vereador António Silva** disse que não sabe, mas que vão ser muitas autarquias penalizadas. Disse ainda que a situação de reequilíbrio financeira já se equacionava em 2004, porque a autarquia preenchia todos os requisitos para tal, e este Executivo o que

tem vindo a fazer desde então, foi tentar não cair nessa situação porque é demasiado penalizadora para o Município. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** contrapôs dizendo que o actual Executivo em 2005 foi eleito por causa do histórico da dívida do anterior mandato, e quando ganharam prometeram conter a dívida, o que não tem vindo a acontecer, registando-se aumentos significativos. -----

-----Pretendeu ainda saber qual o ponto de situação dos centros escolares. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente** informou que o Centro Escolar de Celorico da Beira está numa fase mais adiantada, em princípio iniciar-se-ão as obras em Dezembro, o da Lageosa do Mondego está em fase de execução de projecto. -----

-----Disse que a requalificação da Escola Sacadura Cabral é da responsabilidade da Parque Escolar, pese embora tenha sido a autarquia que conseguiu que as obras se iniciassem ainda em 2010, e não em 2013 como era a intenção da tutela. -----

-----Concluiu que a nível da educação, Celorico da Beira está a dar passos muito importantes. -----

-----Disse ainda que o Senhor Vereador Júlio Santos tem razão quando diz que números são números é pena é não reflectirem na totalidade a realidade deste município, porque houve anos em que a autarquia esteve bem, mas houve outros que esteve pessimamente. -----

-----Continuou dizendo que este Executivo tomou posse em 2005 e iniciou o seu trabalho com uma situação financeira catastrófica, com dívidas a fornecedores muito graves, que desconheciam. -----

-----Disse que se pode controlar a dívida de uma autarquia quando se inicia um mandato e a gestão é transparente, mas quando tudo se inverte e se espera algo, que depressa se transforma é impossível de controlar. Frisou que não se pode controlar a dívida quando se está a pagar obras,

que foram executadas sem procedimento, que penalizam este Executivo em 50.000€ por mês, em retenções directas da DGAL, dinheiro que nem sequer entra nos cofres da autarquia.-----

-----Por último, reiterou que é da opinião que os Executivos deveriam ser responsabilizados a qualquer altura pelos maus actos de gestão praticados nos seus mandatos.-----

-----Sobre essa obra em concreto e tal como já explicou por diversas vezes, o Senhor **Vereador Júlio Santos** esclareceu que esse foi o procedimento adoptado porque era permitido por lei, se a dívida se transformou e duplicou isso não é da sua responsabilidade enquanto edil na altura, mas sim do Executivo que lhe precedeu, que nada fez. Concorda com o Senhor Vice-Presidente que de facto este Executivo está a pagar por algo que não é da sua responsabilidade, mas o empreiteiro só accionou os mecanismos legais em 2006 e estas são as consequências de se perder e ganhar eleições.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** sobre este assunto solicitou que fosse anexado à acta (**anexo I**), o histórico referente ao empreiteiro Chupas e Morrão, responsável pela execução dos arruamentos da Lageosa do Mondego-Vale de Azares e Lageosa do Mondego-EN16. -----

-----Frisou que as obras atrás descritas no ano de 1998 tinham um custo de 54.306,70€. Em 2006 a empresa Chupas & Morrão recorreu para Tribunal e a dívida já ascendia a 108.655,45€ (valor da dívida acrescida de juros). O Executivo perde a acção e o Tribunal manda executar a dívida através de retenções da DGAL, que se iniciaram em 2008 e onde o valor já ascendia a 119.574,91€.-----

-----Disse que na altura o Executivo tentou negociar com o empreiteiro o pagamento da dívida, infrutiferamente, mas o caricato da questão é que o Senhor Vereador Júlio Santos ofereceu os seus préstimos de advogado, ao

empreiteiro para o defender contra a autarquia, por um acto que tinha sido cometido por ele enquanto edil da Câmara Municipal de Celorico da Beira. -

-----Concluiu dizendo que este Município e os seus habitantes foram massacrados pela gestão desastrosa feita por autarcas do passado que não tiveram qualquer respeito pelos bens públicos.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** retorquiu dizendo para medirem os quilómetros e os custos dos mesmos e comparem os valores, e então constatem se foi justo ou não. Frisou que só é responsável pela dívida até Abril de 2002, a partir daí nada tem a ver com o desenrolar do processo, reiterando que atribuam culpas e responsabilidades a quem realmente as tem. -- -----

-----O Senhor **Vice-Presidente** frisou o que havia dito e quando o Senhor Vereador diz que a sua responsabilidade acaba em 2002, não concorda, porque é da opinião que os edis devem ter responsabilidades perante os actos que praticam até ao fim dos processos, porque passados 10 anos foi este Executivo que teve que pagar por um erro que não foi acautelado pelos anteriores autarcas.-----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**BENEFICIAÇÃO DA EM 1102 (VELOSA) – RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS, ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO;**-----

-----**JUNTA DE FREGUESIA DE PRADOS – PEDIDO DE SUBSÍDIO;**----

-----**JUVENTUDE SOCIAL-DEMOCRATA – CEDÊNCIA DE ESPAÇO;**----

-----**ACTAS NEGATIVAS DE REUNIÃO DE EXECUTIVO;**-----

-----**CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE A JUNTA DE FREGUESIA DE PRADOS E A CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA E ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA.**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**I - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR - PASSE ESCOLAR**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 11/10/2010, informando que foi solicitado ao Município de Celorico da Beira, auxílio económico para comparticipar o pagamento do passe escolar do aluno identificado em seguida. Considerando os termos do Despacho n.º 14368-A/2010, que regula as condições de aplicação das medidas de acção social no ano lectivo 2010/2011, artigo 8.º, n.º 1, sendo o escalão de apoio em que cada agregado familiar se integra determinado pelo seu posicionamento no escalão de rendimentos para atribuição de abono de família.-----

-----Face ao exposto este agregado deverá ser apoiado, de modo a garantir o acesso ao ensino impedindo o abandono escolar deste aluno.-----

Nome	Idade	Ano de Frequência	Escalão de Abono de Família
André Fernando Gomes Fonseca	15	10º	1

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar de pagamento de passe escolar o aluno supramencionado na tabela, sendo que, nos termos do Despacho n.º 14368-A/2010, que regula as condições de aplicação das medidas de acção social no ano lectivo 2010/2011, artigo 8º n.º 1, o escalão de apoio do agregado familiar se integra determinado pelo seu posicionamento no escalão de rendimentos para atribuição de abono de família.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ASSUNTO - ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PASSES ESCOLARES -**

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 12/10/2010, informando que, considerando o conteúdo da informação interna deliberada em reunião de Câmara do dia 08/09/2010, o G.A.S. informa que após a publicação do Despacho regulador da Acção Social – 2010/2011, Despacho n.º 14368-A/2010, constataram que por não se verificarem alterações no despacho artigo 8º n.º 1, os alunos indicados na referida informação irão beneficiar, no presente ano lectivo, do apoio de acordo com o escalão de apoio em que cada agregado familiar se integra.--

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR** -----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 15/10/2010, informando que, no seguimento da informação presente à reunião de Câmara de 22 de Setembro de 2010, relativo à Acção Social Escolar para o ano lectivo 2010/2011 e após a colocação das medidas em prática, no que se refere às participações de acção social no pré-escolar, verificam-se que os critérios a seguir terão de ser os mesmos adoptados para o 1.º Ciclo de Ensino Básico. Deste modo, de acordo com o Despacho n.º 14368-A/2010, onde o escalão de apoio em que o agregado familiar se integra é determinado pelo seu posicionamento nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família. Considerando o exposto para os alunos do pré-escolar, no presente ano lectivo, devem ser adoptados os mesmos critérios de acção social escolar do 1.º Ciclo de Ensino Escolar. Assim, será garantido o princípio da equidade, da discriminação positiva e da solidariedade social, no sentido de assegurar o exercício efectivo do direito ao ensino e a igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, adoptar para a Acção Social Escolar no pré-escolar, no presente ano lectivo, os mesmos critérios de acção social escolar adoptadas para o 1.º Ciclo de Ensino Escolar.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: MATERIAL PARA OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 14/10/2010, informando que, foi deliberado em reunião de Câmara de 22 de Setembro de 2010, aprovar a atribuição de um donativo financeiro, para aquisição de material de desgaste para os estabelecimentos de ensino relativo do 1.º Ciclo e Jardins Infância do concelho, no montante de 1.415,00€ e 435,00€, de modo a garantirem o bom funcionamento das actividades lectivas.-----

-----Considerando as diversas requisições de material efectuadas pelos diferentes estabelecimentos de ensino e o respectivo montante de financiamento atribuído, é necessário ter em consideração que devido ao custo e ao desgaste rápido, não é possível a aquisição de tinteiros e papel com esta verba. Assim a aquisição deste material (tinteiros e papel) deve ser assegurado independentemente da verba atribuída por estabelecimento de ensino, pelo que se propõe a sua aquisição para o 1.º período, de acordo com as necessidades de cada instituição de ensino.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, adquirir tinteiros e papel para o 1.º período escolar, de acordo com as necessidades de cada estabelecimento de ensino.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**II - SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Armindo Gonçalves**-----

-----Foi presente requerimento n.º 652, datado de 14/10/2009, em nome de Armindo Gonçalves, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Travessa dos Penedos, freguesia de Linhares da Beira, inscrito sob o artigo matricial número seiscentos e noventa, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que a edificação existente foi construída antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1995. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que o requerente alude, foi construída antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar a petição do requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: António Carlos Guerra Tavares**-----

-----Foi presente requerimento n.º 687, datado de 14/10/2009, em nome de António Carlos Guerra Tavares, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Formigueira, freguesia de Lageosa do Mondego, inscrito sob o artigo matricial número novecentos e treze, por o mesmo ter sido construído antes

de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que a edificação existente foi construída antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1985. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que o requerente alude, foi construída antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar a petição do requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**BENEFICIAÇÃO DA EM 1102 (VELOSA) – RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS, ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**-----

-----Submete-se ao Executivo para efeitos de ratificação, nos termos do n.º 3, do art. 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o despacho do dia 15/10/2010, exarado pelo Senhor Vice-Presidente, na informação técnica, referente à empreitada supramencionada.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho emanado pelo Senhor Vice-Presidente, com data de 15/10/2010, relativo à empreitada supramencionada, designadamente:**-----

-----**1 - Aprovação do Relatório Final de Análise das Propostas, nos termos do n.º 4 do art.º 148 do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.**-----

-----2 – **Adjudicação da obra à firma: Biosfera Construções, Unipessoal, Lda., no valor de 444.059,40€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e ainda, a aprovação da respectiva minuta do contrato, nos termos da alínea q), do n.º 1, do art.º 64, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**JUNTA DE FREGUESIA DE PRADOS – PEDIDO DE SUBSÍDIO**-----

-----Foi presente ofício n.º 27/2010 da Junta de Freguesia de Prados, datado de 15 de Outubro do corrente, solicitando um subsídio no valor de 2.000€ no âmbito do Festival da Castanha, com vista à liquidação das despesas efectuadas no referido festival. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que ia votar contra este pedido de subsídio, porque, depois do que lhe foi dado a conhecer sobre a situação financeira desta autarquia, considera que deveria de haver uma maior contenção nas despesas e consequentemente cancelar este tipo de eventos. -----

-----A Senhora **Vereadora Isabel Flor de Sousa** disse que comparativamente com outros subsídios atribuídos em reuniões do Executivo, considera este valor elevado. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente** disse que a situação financeira da autarquia é débil mas estas iniciativas têm sucesso, trazem turistas a este Concelho e dão a conhecer o património de Celorico da Beira. Se pelo contrário, acabarem com estes eventos, irão acabar com a projecção de Celorico, isto não contando com o investimento já feito pela autarquia no âmbito do turismo. -----

-----Referiu ainda que estes eventos são realizados com o propósito de divulgar os produtos endógenos e propiciar aos produtores o seu escoamento, contribuindo para a revitalização da economia local. -----

-----Disse ainda, que este tipo de eventos são muito bem aceites pelos comerciantes do concelho, associando-se a eles e colaborando na sua realização com a autarquia.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** lamenta que os Senhores Vereadores tomem esta posição porque Celorico da Beira é uma região do interior e tal como todas as regiões do interior é votada ao abandono por parte das entidades centrais e por isso é que devem pensar em investir menos em betão e aço e optar mais por estas iniciativas de divulgação dos bens endógenos.-----

-----Disse que as festas que se faziam no passado não tinham qualquer impacto na economia rural, as que são feitas actualmente têm o propósito de revitalizar a economia rural. E os resultados já se constataam, porque surgiram várias forças económicas no concelho; o produtor do borrego que cria os animais para os vender para os talhos da região tendo sido comercializados este ano duas toneladas e meia de borrego; a restauração que comercializa o produto para a mesa do consumidor e o turismo rural que teve expressão de progresso em todo o concelho. -----

-----O Senhor Vereador disse que neste momento já atingiram o mercado *gourmet*, trazendo benefícios directos para o produtor. Referiu que esta autarquia certificou o borrego, permitindo que o produtor receba mais 8€ por carcaça. Abordaram os talhos para a venda do borrego, que no início se mostraram reticentes mas depois tiveram a boa vontade de colaborar. O Senhor Vereador referiu que é de lamentar que algumas pessoas tenham este tipo de atitudes. Referiu ainda que os restaurantes deste concelho tiveram muita afluência nos dias em que o prato do dia era o borrego. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que o ponto que consta da ordem de trabalhos é sobre a castanha e é esse o ponto que tem de ser discutido, dizendo que se o Senhor Vereador insistir em continuar a falar sobre esse tema, iria ausentar-se da sala.-----

-----Por fim, o Senhor **Vereador António Silva** disse que apesar de Celorico da Beira não ser o palco da castanha, produz castanha de boa qualidade e que o Senhor Vereador Júlio Santos sendo natural de Prados deveria de apoiar este tipo de iniciativas. Continuou dizendo que o Festival da Castanha vai movimentar muitas pessoas que se irão deslocar à freguesia de Prados. Mais uma vez lamentou o voto contra a atribuição do subsídio para a Festa da Castanha, do Senhor Vereador da Oposição.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, conceder o subsídio no valor de 2. 000€, à Junta de Freguesia de Prados, para liquidação das despesas efectuadas no âmbito do Festival da Castanha.**-----

-----**Votou contra, o Senhor Vereador Júlio Manuel dos Santos.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Júlio Santos.**-----

-----“Voto contra porquanto:-----

-----1 – O Majusp considera a promoção turística fundamental para o desenvolvimento do concelho;-----

-----2 – Considera ainda que iniciativas de promoção dos produtos endógenos do concelho, tais como, o borrego, o queijo, a promoção de raça de ovelha bordaleira e de todos os outros produtos de qualidade do concelho são super importantes para a economia local;-----

-----3 – Que o executivo actual está de parabéns pela promoção que tem feito sobretudo relativamente ao borrego.-----

-----Contudo:-----

-----Apesar de há um ano atrás o representante do Majusp ter proposto uma verba de 50 mil euros para o referido festival;-----

-----Tendo em atenção a actual situação financeira da autarquia que segundo o Senhor Vereador do Pelouro é catastrófica; -----

-----Está em marcha um processo tendente ao saneamento financeiro da autarquia; -----

-----Que a situação financeira do país, cujo reflexo se vai notar a nível do corte de 5% do FEF à Câmara Municipal para o próximo ano de 2011 e ainda ao facto de que até hoje nunca nos foi dado qualquer relatório onde nos fosse mostrado o retorno financeiro das iniciativas promovidas por este executivo; -----

-----Voto contra esta proposta de atribuição de subsídio porque acho que enquanto não for feito o saneamento financeiro da autarquia se devem cancelar todas as iniciativas festivaleiras.”-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que no que diz respeito aos relatórios, o que foi dito não corresponde à verdade porque o departamento de turismo entrega sempre esses documentos. -----

-----**JUVENTUDE SOCIAL-DEMOCRATA – CEDÊNCIA DE ESPAÇO**-----

-----Foi presente ofício da Juventude Social-Democrata de Celorico da Beira datado de 14 de Outubro do corrente, solicitando a cedência da sala de reuniões do Museu do Agricultor no período da tarde do dia 17 de Outubro, para uma reunião com a JSD de outros concelhos.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente** esclareceu que este pedido deu entrada fora do tempo de expediente, tendo sido despachado em data coincidente com o acontecimento, o que não permitiu uma resposta à solicitação. -----

-----Disse que este tipo de pedido deve ser feito com alguma antecedência para que se possa dar uma resposta a atempada. -----

-----A Senhora **Vereadora Isabel Flor de Sousa** disse que tinha conhecimento que a JSD não recebeu nenhuma resposta atempada em relação ao pedido. Os requerentes foram informados de que poderiam dispor do local e para pedirem por escrito.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**ACTAS NEGATIVAS DE REUNIÃO DE EXECUTIVO**-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** relativamente a este assunto referiu que tem havido reuniões de Câmara que não tiveram quórum, mas onde estiveram presentes os Vereadores da Oposição, perante esta situação disse que deverá ser lavrada acta negativa, onde conste as presenças e as ausências dos Vereadores. -----

-----A questão prende-se com o facto de desconhecer, se este formalismo está a ser seguido. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente** depois de consultar o Serviço de Actas, esclareceu que sempre que há reuniões que não foram realizadas por falta de quórum, são lavradas actas negativas, onde constam as presenças e ausências dos Senhores Vereadores, datadas e numeradas sequencialmente, cumprindo todos os formalismos. -----

-----De seguida, solicitou que fossem fotocopiadas as actas negativas e entregues aos Senhores Vereadores. -----

-----**CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE A JUNTA DE FREGUESIA DE PRADOS E A CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA E ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA** -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** fez uma síntese do assunto em epígrafe, começando por dizer que a casa Museu de Prados, está muito bem apetrechada, mas que de facto é um desperdício, uma vez que tem um número muito reduzido de visitantes. Na sua opinião e tendo em conta o

valor patrimonial do edifício, a solução passaria pela atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Prados, para adaptar a casa para turismo rural e fazer a sua gestão. Reiterou que esta seria uma forma de o património ser valorizado e rentabilizado. -----

-----Relativamente ao facto de ter votado contra a atribuição do subsídio para a Festa da Castanha, apesar de ser de Prados, tal como tinha dito, ficou a dever-se somente ao facto de a autarquia estar a passar por uma situação financeira difícil e como tal deve haver uma contenção nos gastos, porque na sua opinião as festas devem fazer-se quando existe estabilidade financeira. -----

-----Disse que esta proposta de atribuição de subsídio foge desse âmbito e assim sendo propõe que o Executivo elabore um contrato de comodato com a Junta de Freguesia de Prados, no montante de 20.000€, para adaptação da Casa Museu de Prados, a Casa de Turismo Rural. -----

-----A Senhora **Vereadora Isabel Flor de Sousa** disse que já visitou a Casa Museu de Prados, que se enquadra no espaço rural e retrata a vida rural e que de facto é um espaço muito bonito mas, também ficou com a opinião que é pouco visitada, pelo que considera a proposta do Senhor Vereador como uma opção válida e a ser estudada pelo Executivo como uma solução viável. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente** disse que o executivo irá estudar e analisar esta proposta para posteriormente vir a uma próxima reunião de Câmara. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram doze horas e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----

